



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2019



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2019

I – INTRODUÇÃO

1. CARATERIZAÇÃO E OBJETO DA INSTITUIÇÃO

A Obra "O Nazareno", IPSS, foi fundada, em 1992, pelo Grupo «Jesus da Galileia» do Renovamento Carismático Católico da Diocese de Lisboa, sedado atualmente na Paróquia de Santa Joana, Princesa, na freguesia de Alvalade, em Lisboa, Grupo de cuja ação sócio-caritativa e humanitária continua a ser o suporte jurídico.

A instituição está registada como instituição particular de solidariedade social, sob o n.º 61/93, e encontra-se reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

Nos termos do art.º 2.º dos seus Estatutos ainda vigentes, os objetivos da Obra são o apoio a crianças, em situação de abandono ou de grave risco, e a idosos, em situações de carência económica ou afetiva, bem como quaisquer outros fins sociais, caritativos e humanitários previstos na lei, que a sua Direção decida prosseguir.

Em 22 de outubro de 2015, a instituição procedeu à adequação dos seus estatutos, nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, na redação dada pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho, os quais ainda aguardam aprovação.

Nos termos dos novos Estatutos, são os seguintes os objetivos agora previstos:

1. Objetivos principais:

- a) Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
 - b) Apoio à família, em situações de carência económica ou afetiva;
 - c) Apoio às pessoas idosas ou sem abrigo;
 - d) Apoio à integração social e comunitária;
2. Secundariamente, a associação pode também prosseguir, por decisão da sua direção:

- a) Outros fins não lucrativos compatíveis com os fins previstos no artigo anterior;
- b) Atividades de natureza instrumental relativamente aos fins não lucrativos, cujos resultados contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins.

Em termos geográficos, a instituição é de âmbito nacional.

No ano de 2019, depois do encerramento do Lar de Infância e Juventude, em 2016, a ação da instituição desenvolveu-se essencialmente no Centro de Apoio Social sito em Lisboa.

2. O CENTRO DE APOIO SOCIAL

Com o decurso dos anos, os responsáveis pela instituição foram tomando consciência de que a ação socio-caritativa desta não podia ater-se ao apoio às crianças até então prosseguido, por mais prementes que fossem as necessidades, pois se foram apercebendo também de graves carências em grupos sociais de outros escalões etários.

O ser humano, quando não é visto e amado na sua dignidade de imagem viva de Deus, fica sujeito às mais humilhantes formas de instrumentalização que o tornam miseravelmente escravo do mais forte. E o mais forte pode revestir-se dos mais variados nomes: ideologias, poder económico e até sistemas políticos desumanos.

Por isso, somos cada vez mais confrontados com multidões de pessoas, nossos irmãos e irmãs, cujos direitos fundamentais são violados, inclusive em nome de uma excessiva tolerância e de uma clara injustiça de certas leis civis: o direito à vida, à casa, ao trabalho, à família, à saúde, etc..

Ninguém poderá contar as crianças e os jovens abandonados, maltratados pelos próprios pais, os que crescem sem afecto, sem educação. Nem quantos se perdem nos meandros da droga, do roubo, da prostituição.

Mas também são enormes as manchas de pobreza física e moral que se erguem ao lado e já no interior das nossas cidades e por todo o mundo.

O carácter sagrado da pessoa humana tem o seu fundamento inabalável em Deus, Criador e Pai, e a nós cristãos e, nomeadamente, católicos, cabe o dever de ajudar a minimizar o sofrimento não só daquelas crianças e daqueles jovens, mas também dos outros seres humanos, como eles carenciados e indefesos numa sociedade tantas vezes injusta.

Por tudo isto, no princípio de 1998, começámos a sensibilizar outros parceiros sociais no sentido de nos ajudarem a criar um Centro de Apoio Social, em Lisboa, onde pudéssemos acolher, matar a fome, vestir, proporcionar higiene, dar algum apoio em medicamentos e também prestar apoio, orientação e encaminhamento social, espiritual e humano, a tantos pobres, jovens escorraçados pelas famílias, sem-abrigo e carenciados de toda a ordem que inexoravelmente vão ficando excluídos do progresso social ou são vítimas das crises sociais e económicas e, por isso, se vêem indefesos perante a sociedade.

Assim, em Fevereiro de 1999, a Instituição assinou com a Câmara Municipal de Lisboa um protocolo mediante o qual, por uma renda social, a Autarquia proporcionou à Obra instalações adequadas para o efeito.

Essas instalações tinham sido ocupadas clandestinamente e encontravam-se completamente degradadas, designadamente sem qualquer janela ou porta, com as loiças sanitárias partidas, o

chão levantado, as instalações eléctrica e de água destruídas e as paredes completamente esburacadas ou sujas, pelo que foram necessárias obras de reparação e adaptação apreciáveis.

Concluídas as obras, procedeu-se à selecção e formação de voluntários e outros colaboradores, iniciou-se a distribuição de roupas, brinquedos e outros bens de primeira necessidade e começou-se a preparar as futuras actividades do Centro.

Em 15 de Dezembro de 2000, após o devido processo de preparação, foi celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (substituída pelo Instituto de Segurança Social em 2004) um Protocolo de Cooperação atípico mediante o qual foi possível alargar a acção do Centro a outras actividades de apoio social a famílias e pessoas mais pobres e socialmente excluídas e marginalizadas.

Foi, assim, possível iniciar os serviços de refeições, de higiene e conforto pessoal, incluindo banhos, de lavagem e secagem de roupas e de atendimento, informação e encaminhamento social, bem como a participação activa na Comissão Local de Acompanhamento do então Rendimento Mínimo Garantido.

Entretanto, foram cobertos alguns espaços do terraço anexo às instalações, o que veio permitir a implementação de novas respostas e o acolhimento de novas iniciativas, nomeadamente, nos domínios da educação social, da saúde, do teatro, do artesanato e do ensino e divulgação das novas tecnologias.

Nos anos seguintes, alargaram-se essas actividades, designadamente, substituindo o serviço de refeições tomadas no local pela entrega de refeições já confeccionadas a utentes com habitação próxima e pela distribuição de cabazes de alimentos sempre que o utente tenha condições para preparar as suas próprias refeições e se verifique risco de criação de dependência ou interesse em incentivar a sua autonomia. Criou-se também um espaço de convívio para os utentes, implementaram-se ações de formação e de reinserção social e abriu-se um gabinete de enfermagem.

Hoje o Centro, só em matéria de refeições, apoia diariamente mais de 50 utentes, alguns deles sem-abrigo ou dependentes do álcool ou da droga e outros pertencentes a famílias carenciadas, aos quais tenta recuperar e reinserir na sociedade e presta os apoios mais diversificado.

3. OS PARCEIROS DA INSTITUIÇÃO

A Obra tem e sempre teve em grande apreço a ajuda prestada por outros organismos, instituições, empresas e associações com os quais coopera na prossecução dos seus objectivos.

Assim, são de realçar, antes de mais, os dois protocolos de cooperação celebrados com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: um, assinado em 1994, com vista ao funcionamento do Lar de Crianças e Jovens, e o outro, celebrado em 15 de Dezembro de 2000, que é o já mencionado protocolo relativo ao Centro de Apoio Social.

Ambas as partes cumpriram, a nosso ver, com rigor, aquilo a que se propuseram e o protocolo funcionou com a nossa inteira satisfação e, segundo pensamos, também a contento da Santa Casa da Misericórdia.

No início de 2004, o Instituto de Solidariedade e Segurança Social substituiu a Santa Casa da Misericórdia nos dois mencionados Protocolos.

Infelizmente, pelas razões explicitadas no Relatório de Atividades de 2016, em 18.03.2016, fomos forçados a propor a cessação, por mútuo acordo, do Protocolo relativo ao Lar, tendo o mesmo encerrado as suas portas, no final de Junho do mesmo ano.

É igualmente de salientar o já referido protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa, em 11 de Fevereiro de 1999, através do qual, mediante uma renda módica, nos foram cedidas as instalações onde funciona o Centro de Apoio Social.

Em 2013, a instituição celebrou ainda com a Câmara Municipal de Lisboa um protocolo através do qual o Município cedeu à instituição um espaço para as novas instalações da Lar de Crianças e Jovens.

Também da Segurança Social, através do então Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, recebemos, nos primeiros anos, alguma comparticipação no financiamento das obras e do equipamento que, por várias vezes, tivemos necessidade de fazer ou adquirir.

A instituição tem também um acordo de cooperação com o Banco Alimentar contra a Fome em cujas acções de recolha de bens tem colaborado e do qual recebe alimentos e cabazes que distribui na sua área.

A instituição tem ainda Protocolos com outras entidades, entre as quais, a GeRAP - Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, E.P.E., com vista à cedência de recursos humanos da Administração Pública geridos por esta empresa, a Direcção-Geral de Reinserção Social do Ministério da Justiça - Equipa da DGRS de Lisboa Penal 2 – para a colocação de arguidos obrigados a prestar trabalho a favor da comunidade em IPSS's, e o Banco Farmacêutico, com vista ao fornecimento de medicamentos.

Mas tem também recebido a ajuda pontual de muitos particulares e de muitas outras entidades, das quais nos permitimos salientar, sem menosprezo por todas as outras, mas sem nos alongarmos, a Câmara Municipal de Lisboa, o Governo Civil de Lisboa, as Juntas de Freguesia de Alvalade e de Marvila, a Associação de Solidariedade Social D. Pedro V, a EDP, a PT e a Academia do Bacalhau.

Apraz-nos também recordar, com gratidão, a presença do Dr. Ferro Rodrigues, na altura Ministro do Trabalho e da Solidariedade, na inauguração das novas instalações do Lar de Crianças, bem como a visita do Dr. João Soares, então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, às instalações do Centro de Apoio Social.

Finalmente, temos agido também em perfeita comunhão com a Igreja, especialmente, através da Paróquia de Santa Joana Princesa, onde o Grupo fundador da instituição se encontra sediado, e assim continuaremos a trabalhar.

Somos uma instituição de natureza civil, mas inspirada por valores cristãos e católicos.

E todos sabemos como os valores são importantes para a acção.

Pio XII dizia: «Os fiéis, mais propriamente os leigos, encontram-se na linha mais avançada da Igreja; para eles a Igreja é o princípio vital da sociedade humana. Por isso, eles devem ter uma consciência cada vez mais clara, não só de permanecerem na Igreja, mas de ser a Igreja, isto é, a comunidade dos fiéis sobre a Terra sob a orientação do Chefe Comum, o Papa, e dos Bispos em comunhão com ele».

Por isso, temos agido também em perfeita comunhão com a Igreja, especialmente através da Paróquia de Santa Joana Princesa, na qual o Grupo instituidor se encontra sedado.

II - OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS FIXADOS PARA 2019

Com os recursos e o circunstancialismo anteriormente referenciados, o objetivo estratégico da instituição, para o ano 2019, era o seguinte:

– Transferência do Centro de Apoio Social para as novas instalações deixadas pelo Lar de Infância e Juventude com a consequente melhoria das condições de acolhimento dos utentes.

Este objetivo estratégico da instituição já vinha de 2017 e 2018 e passou para 2019, por virtude de ainda não ter sido autorizada a transferência pedida ao Centro Distrital de Lisboa do Instituto de Segurança Social, em 30.06.2016, e tinha em vista a melhoria das condições do Centro de Apoio Social, único estabelecimento em que, em 2018, a instituição desenvolveu a sua atividade.

III - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2019

Transferência do Centro de Apoio Social para as novas instalações deixadas pelo Lar de Infância e Juventude com a consequente melhoria das condições de acolhimento dos utentes.

Tal como já se referiu, o Centro de Apoio Social entrou em pleno funcionamento em Dezembro de 2000, após a celebração com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa do Protocolo de Cooperação atípico que permitiu alargar a ação do Centro a outras atividades de apoio social em favor das famílias e das pessoas mais pobres, socialmente excluídas ou marginalizadas.

Foi, assim, possível oferecer serviços de refeições, higiene, conforto pessoal, banhos, lavagem, secagem e passagem de roupas e de atendimento, informação e encaminhamento social, bem como participar ativamente na então Comissão Local de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido.

Essas atividades foram sendo alargadas nos anos seguintes, nomeadamente com a implementação da animação cultural, a criação de um espaço de convívio entre os utentes, a organização de um gabinete de enfermagem e com ações de formação e de reinserção social.

Foi também celebrado um protocolo com a Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação, mediante o qual o Centro de Apoio Social passou a albergar nas suas instalações um centro de computadores, de modo a melhor poder servir os utentes e a população vizinha na iniciação, conhecimento e utilização das novas tecnologias.

Foram ainda realizadas as já referidas obras de cobertura de alguns espaços do terraço anexo às instalações, de modo a aumentar o espaço necessário às novas atividades.

Em 2009, começou a ser estudada com o Centro Distrital de Segurança Social a revisão do protocolo de cooperação relativo ao Centro, nomeadamente tendo em vista o aumento do número de utentes. A aprovação desta revisão não foi, todavia, ainda conseguida, embora seja agora essencial por virtude da crise que atravessamos e que continua a provocar um forte aumento da procura do Centro.

Em 2012, a instituição candidatou-se a duas iniciativas, uma da Segurança Social e outra da Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de ser possível aumentar o número de utentes, não tendo a primeira obtido qualquer seguimento.

A candidatura ao Fundo de Emergência Social da Câmara Municipal de Lisboa foi aceite, tendo, em 29 de Abril de 2013, sido celebrado um Protocolo que proporcionou à instituição um apoio financeiro pontual que permite alargar temporariamente a ação do Centro a mais utentes.

O apoio foi recebido em Setembro, tendo começado de imediato o alargamento da ação do Centro a mais utentes, o qual continuou em 2014.

Em 2015, a Gebalis procedeu às prometidas obras no telhado para acabar com as infiltrações que se verificavam, mas mantêm-se ainda algumas pequenas infiltrações.

Verifica-se também que as instalações não cumprem totalmente a legislação relativa a acessibilidades.

Por estes motivos, a instituição deu início a diligências no sentido de obter novas instalações mais adequadas.

Com o encerramento do Lar de Infância e Juventude, sito a cerca de 5 minutos de caminhada a pé, na Rua Alberto José Pessoa, Lotes G10, G11 e G12, surgiu a oportunidade de mudar o Centro para estas instalações que são novas e oferecem todas as condições. Por isso, em 30 de Junho de 2016, foi solicitada à Segurança Social autorização para a mudança.

Todavia, apesar das inúmeras insistências por parte da instituição, em 31 de Dezembro de 2019, ainda não tinha sido dada resposta à instituição.

Este atraso está a causar graves prejuízos à instituição que se vê forçada a manter duas instalações, com a consequente duplicação dos custos em rendas, luz, água, gás, comunicações, etc.

Por outro lado, o facto de as novas instalações estarem devolutas tem permitido vários assaltos com graves prejuízos em danos e roubos de equipamento.

Assim, durante o ano de 2019, as atividades previstas no Plano de Atividades do Centro continuaram a ter lugar nas atuais instalações, apesar das suas deficiências.

Continuaram a processar-se os serviços já desenvolvidos pelo Centro, tais como, o Refeitório Social, o Banco Alimentar, o Banco de Roupas, a Lavandaria, o Balneário, o Gabinete de Serviço Social, Sessões de Esclarecimento/ Informação, Acesso às novas tecnologias e Atribuição de medicação.

O gabinete de enfermagem, em funcionamento há mais de dez anos, sob a responsabilidade de enfermeiras voluntárias que lhe têm dedicado todo o carinho, manteve-se, assim como, sempre que possível, a distribuição de medicamentos gratuitos aos utentes mais necessitados.

Em 2019, o protocolo celebrado com o Banco Farmacêutico permitiu continuar as ajudas em matéria de medicamentos.

IV - RECURSOS ENVOLVIDOS

1. RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS

Em 2018, os recursos materiais da instituição continuaram a ter, como suporte primordial, as prestações da Segurança Social acordadas no Protocolo e os recursos oriundos dos diversos protocolos celebrados com outras instituições e empresas, bem como as contribuições dos associados efetivos e beneméritos da instituição, dos demais elementos do Grupo “Jesus da Galileia” (que, todos os meses, garantem uma generosa ajuda fixa), bem como as de outras entidades que desde cedo nos apoiaram e que já consideramos nossos sócios honorários.

Igualmente foi essencial à instituição o apoio e a cooperação com o Banco Alimentar contra a Fome.

Essas contribuições não dispensam, porém, o apoio financeiro dos outros parceiros referidos em I – 4, que é fundamental para o funcionamento da Instituição.

No Centro de Apoio Social os recursos humanos, a nível de pessoal técnico, mantiveram-se com uma diretora e jurista e uma assistente social.

Para além do pessoal técnico, a instituição contou ainda, internamente, com um cozinheiro e ajudantes de cozinha e limpeza, bem como com a colaboração de um técnico administrativo e duas enfermeiras, e, externamente, com os serviços de uma técnica de contas.

Continuámos também a contar com a colaboração criativa e solidária dos nossos associados e dos membros e irmãos do Grupo “Jesus da Galileia” do Renovamento Carismático Católico, inspirador e fundador da instituição.

A sua ajuda tem sido inestimável e é ela que dá verdadeiro sentido a esta instituição de solidariedade, em termos humanos, sociais e espirituais:

- Em termos humanos e sociais porque foram princípios de formação humana e cívica, bem como de solidariedade e entajuda desinteressada, que nortearam o legislador ao reconhecer de interesse público a acção das IPSS e ao fomentar o trabalho voluntário, de que é exemplo a Lei do Voluntariado;
- Em termos espirituais porque, inspirando-se a nossa instituição nos princípios cristãos e católicos, a todos nós deve reger o princípio evangélico de que «a fé sem obras é morta» (Carta de S. Tiago, 2, 17).

É certo - e a experiência diz-nos isso mesmo - que no contexto das sociedades actuais não podemos deixar de assentar a actividade normal da instituição em pessoal remunerado e fixo.

Por isso, o nosso pessoal permanente é fixo, com contratos de trabalho ou de prestação de serviços.

Mas não é menos certo que solidariedade sem dádiva tem pouco de solidário, pelo temos incentivado o trabalho dedicado dessas pessoas de boa vontade.

Daí que, tal como aconteceu no Lar de Crianças - onde, a par do trabalho dos técnicos e demais pessoal contratado, foi preciosa a ajuda de voluntários - no Centro de Apoio Social, ao lado do pessoal contratado, prestem apoio diversos voluntários.

2. A FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Continua a ser nossa convicção que a qualidade dos serviços prestados é indissociável da qualidade dos recursos humanos e esta está intimamente ligada à sua formação.

Por isso, foram realizados encontros periódicos de esclarecimento e formação com trabalhadores e colaboradores do estabelecimento e incentivou-se a frequência de acções no exterior.

Quando se integram voluntários, a formação é ainda mais importante, já que, para além de se ter de proporcionar formação profissional propriamente dita, se têm de orientar, quando não semear, e cultivar valores.

Na verdade, na falta de incentivos materiais ou profissionais, só valores bem firmes - sejam eles de natureza cívica ou de carácter espiritual - podem conferir empenho, dedicação e estabilidade no trabalho desenvolvido.

Daí continuarmos a apelar e a contar com todas as mulheres e com todos os homens de boa vontade que nos queiram ajudar a desenvolver esta Obra.

Lisboa, 09 de Junho de 2020

A OBRA «O NAZARENO», I.P.S.S.
A DIRECÇÃO

Aprovado na sessão da Assembleia
Geral, de 09 de Junho de 2020
O Presidente da Mesa